

## Do Feminismo à Feminização: Gênero e Envelhecimento em uma sociedade em transformação



*Lucila Egydio*

**Resumo:** Este documento contém uma pesquisa exploratória com a finalidade de reunir dados relacionados ao envelhecimento e à questão e gênero. O propósito é aprofundar conhecimentos sobre a feminização do envelhecimento e identificar alguns gargalos e tendências sobre o tema. Mesmo sendo a velhice feminina pautada pela reprodução de padrões de desigualdade e de opressão vividas pelas mulheres em épocas anteriores, percebe-se na atualidade que há perspectivas de que as novas velhices sejam pautadas por um protagonismo feminino não apenas quantitativo, mas também qualitativo.

**Palavras-chave:** envelhecimento; idosos; idosas; feminização; feminismo; velhas; velhice.

O envelhecimento da população é reconhecidamente um fenômeno mundial, resultado do declínio das taxas de fecundidade e da uma maior expectativa de vida, como fatores principais. Ser velho é uma situação que é sentida por um lado de forma homogênea, com dificuldades comuns em todo o mundo, mas também de forma diferenciada, dependendo do gênero e da classe social dos indivíduos em cada grupo de idade ou geração.

O gênero e a classe social estruturam as expectativas e conformam a ação social em todas as idades, e a construção social de gênero engloba todos os aspectos do envelhecimento em cada contexto socioeconômico, cultural e institucional. Ao envelhecer, paradigmas da vida pregressa em relação a identidade de gênero são amplificados ou simplesmente reproduzidos. Ou seja, o papel da mulher tende a se manter ou ser piorado na velhice.

O crescimento do envelhecimento em cada grupo etário é uma questão global,

mas cada vez mais feminina e, assim, é preciso aumentar o conhecimento sobre essa parcela da população, e os significados desse desequilíbrio em toda sua complexidade. A revolução da longevidade exige o desenvolvimento de um novo paradigma, que inclua um novo contrato social entre mulheres e homens.

Recentemente, algumas pesquisas têm apontado que, a despeito das desigualdades, muitas mulheres, independente da classe social, considera esta etapa de sua vida, como idosas, o momento mais livre que já tiveram.

### Objetivos e metodologia

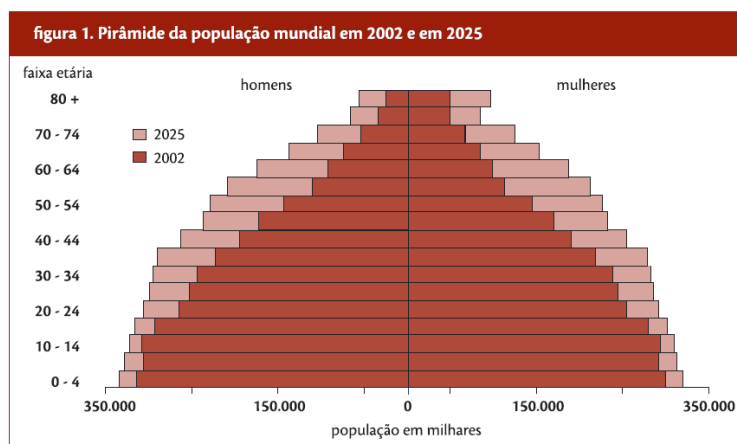
Este artigo contempla os resultados de uma pesquisa exploratória, feita por meio de coleta de dados secundários, com a finalidade de reunir informações preliminares disponíveis relacionados ao envelhecimento e à questão de gênero. O propósito é aprofundar conhecimentos sobre a feminização do envelhecimento e identificar alguns gargalos e tendências sobre o tema.

### Revisão bibliográfica: A velhice e a sociedade

#### Demografia

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial devido, principalmente, ao declínio das taxas de fecundidade e maior expectativa de vida, indicando que a questão da idade já ultrapassa a preocupação com os problemas ambientais e de sustentabilidade, como principal desafio para a demografia global (NAÇÕES UNIDAS, 2002).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 como a Era do Envelhecimento. Enquanto nas nações desenvolvidas, no período de 1970 a 2000, o envelhecimento populacional observado foi de 54%, nos países em desenvolvimento atingiu 123% (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002 citado por LIMA & BUENO, 2009). A mesma autora cita ainda que, segundo a OMS, no ano 2000 havia 600 milhões de pessoas com 60 anos ou mais e que elas serão 1,2 bilhão em 2025 e 2 bilhões em 2050. A Figura 1, , ilustra estas projeções.



Fonte: Nações Unidas, 2001.

Pirâmide etária brasileira em 2002 e em 2025. Fonte: IBGE

A mudança de conformação da pirâmide etária, indicando o envelhecimento populacional, também acontece no Brasil, observadas as mudanças demográficas que ocorreram no país a partir das décadas de 40 e 60, em parte em função da queda na taxa de mortalidade infantil e natalidade. O número de idosos no Brasil passou de 3 milhões, em 1960, para 7 milhões em 1975 e 17 milhões em 2006, representando um aumento de 600% em menos de cinquenta anos e o número de pessoas acima ou igual a 60 anos aumentou de 6,1% de 1980 para 8,6% em 2000.

O aumento da população idosa no país se dá de forma rápida e progressiva, pois, entre as décadas de 1940 e 1960, o Brasil sofreu queda nas taxas de mortalidade, mas manteve taxas de natalidade e fecundidade ainda relativamente altas. A partir da década de 60, o país passa a apresentar redução das taxas de natalidade e fecundidade, e, conseqüentemente, o envelhecimento populacional, alterando o índice de envelhecimento da população que era de 6,4 em 1960 para 13,9 em 1991, um incremento superior a 100% em apenas três décadas (CHAIMOWICZ, 1997 citado por LIMA & BUENO, 2009). Mantida a taxa atual, o envelhecimento da população brasileira será duas vezes mais rápido que a média mundial.

### ***Tendências***

A visibilidade conquistada pela velhice se traduziu em uma série de iniciativas por parte de agências governamentais e de organizações privadas visando a um envelhecimento adequado. Hoje o idoso é um ator que não está mais ausente do conjunto dos discursos produzidos, seja no debate sobre políticas públicas e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer (DEBERT, 1994).

Algumas iniciativas surgem nos anos 60, como programas do SESC (Serviço Social do Comércio), e proliferam nos anos 80 com a criação de Conselhos, Comitês e Comissões para assessorar a administração pública no tratamento da população idosa. Programas de atendimento direto a Idosos carentes ou de níveis mais altos de rendimento são implementados no país.

Gradualmente, começam a serem identificadas características positivas nessa fase da existência. A denominada Terceira Idade é o momento de avaliação crítica da vida, em virtude das experiências acumuladas e a sabedoria adquirida, na qual há maior capacidade de julgamento. O reconhecimento do valor da vida traz a necessidade de atuação com um nível de envolvimento pessoal que estimula a criatividade.

### ***Participação social***

A Organização Mundial de Saúde - OMS (1983) classifica o idoso de acordo com o desenvolvimento do país no qual o indivíduo está inserido. Em países desenvolvidos, são aqueles indivíduos com idade de 65 anos ou mais, e em países em desenvolvimento, indivíduos com 60 anos ou mais, caso do Brasil.

O suporte e o convívio familiar são fatores primordiais para o desenvolvimento

de um envelhecimento ativo, que pode ser estimulado pela participação do idoso na vida cotidiana (FERREIRA et. al., 2010 citado por CAMPOS, 2014). O convívio em sociedade, fora do espaço familiar, permite a troca de experiências, ideias, sentimentos, conhecimentos e dúvidas. É importante para o idoso estar engajado em atividades que o façam sentir-se feliz, saudável e útil (MENDES et. al., 2005 citado por CAMPOS, 2014).

A partir dos anos 80 cresce o número de associações de aposentados, momento no qual proliferam as ações judiciais contra o sistema de seguridade social da época e, por sua ampla representatividade, eles conquistaram visibilidade na mídia transformando-se em atores, com poder incontestado no jogo político.

Houve conquistas importantes em termos de políticas públicas voltadas ao idoso nas últimas décadas. Legalmente, foi a partir de 1994, com a criação da Política Nacional do Idoso, que esses direitos passaram a ser assegurados e tornaram-se um dever de toda a população e também do Estado. A mesma lei criou também os Conselhos do Idoso, em nível nacional, estadual e municipal, um passo muito importante no desenvolvimento e efetivação de políticas públicas para os mais velhos. Em 2003 o Brasil avançou em relação às políticas públicas para a pessoa idosa, criando o Estatuto do Idoso que, além de trazer dispositivos legais e políticas, que já haviam sido aprovadas anteriormente, também incorpora novos elementos que visam proporcionar o bem-estar dos idosos (BRASIL, 2003).

Campos (2014, p.44) traz à tona o envelhecimento como capital social, elemento relevante na identidade social para esta faixa etária. O autor define capital social como:

O processo e o instrumento de cidadania e que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade [...] uma capacidade de viver em comunidade, através de relações de solidariedade e confiabilidade entre os indivíduos e organização comunitária.

A partir desses conceitos, conclui-se que agregar e incentivar maior protagonismo e empoderamento, fortalecer vínculos, conexões e redes sociais, além do atendimento às necessidades básicas de saúde e cuidado na velhice, é o que traz maior significado a esta etapa da vida.

Campos (2014) cita Pattussi et al., 2006 e Szreter, Woolcock (2004) para definir a formação de vínculo como: relacionamentos horizontais próximos entre indivíduos ou grupos com características similares (família e amigos próximos), e as conexões como os relacionamentos com outros indivíduos/comunidades. Essas redes sociais são formadas por grupos religiosos, associações sindicais, associações de moradores e clubes recreativos, onde os grupos de pessoas estabelecem as relações de solidariedade e confiança (GEIB, 2102 citado por CAMPOS, 2014).

Motta (1999, 214) reitera essa compreensão, afirmando que “vivenciando uma experiência nova, de atividade social fora do âmbito da família, tem sido um processo libertador” onde os idosos redescobrem sua individualidade e sua autonomia justamente na participação coletiva.

### **Mulher e envelhecimento**

As mulheres constituem a maioria da população idosa em quase todos os países, e o Brasil não foge à regra. Como consequência da mortalidade masculina, as razões de sexo vêm diminuindo paulatinamente no Brasil (IBGE, 2004 apud CAMPOS, 2014). A menor mortalidade feminina explica essa diferença, bem como os comportamentos específicos do homem e da mulher: mulheres frequentam mais os centros de saúde, homens estão mais expostos a acidentes de trabalho e de trânsito e somam-se à prevalência de alcoolismo, drogas e tabagismo – vícios que afetam também mulheres, mas em menor proporção (CHAIMOWICZ, 2006 citado por CAMPOS, 2014). Os problemas e mudanças que acompanham essa etapa de vida são predominantemente femininos, pode-se dizer que a velhice se feminizou (SALGADO, 2002).

Segundo Pedereño (2000), não é o mesmo envelhecer para homem e mulher, pois sexo e idade são os dois determinantes básicos e universais dos papéis e a posições que ocupam na sociedade. Até recentemente, esses dois dados simples definiam alguns dos fatores mais importantes dos indivíduos, como a sua situação familiar, o seu grau de autonomia econômica ou capacidades físicas (DÍAZ, 2000).

A identidade de gênero tem sua formação a partir das diversas expectativas sociais e também da construção econômica, política, social e histórica dos papéis masculino e feminino. Essa construção faz parte tanto das atribuições de significados ao existir humano, bem como influenciam o modo como os seres humanos elaboram suas escolhas e as experimentam (FERNANDES, 2009 citado por CAMPOS, 2014). No passado havia um acordo tácito de que o papel feminino restringia-se à reprodução biológica e à dedicação à família, enquanto o papel exclusivamente produtivo e externo na família era papel masculino.

Astorga, Pajares & Aguaio (2002, p. 31) atribuem ainda às três maiores religiões monoteístas a responsabilidade na construção de uma hierarquia social a partir do gênero. As autoras afirmam que, embora as escrituras falem que todos são iguais perante Deus,

[ELE] é homem e mestre de todas as coisas, incluindo mulheres. Consequentemente o papel das mulheres, em última instância por "natureza", é o trabalho em casa, ao contrário do homem que tem essa "natureza" e que a religião e a tradição têm colocado acima de todas as coisas.

Motta (1999, p.193) resgata a fluidez do papel do gênero como:

[...] categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes.

A autora afirma ainda que “a constituição de uma identidade social, qualquer que seja ela, implica necessariamente o processo simultâneo de construção da identidade de gênero”.

O papel social das mulheres foi mudando, ao longo da história e conforme a organização dos grupamentos humanos. A Idade Média teve como marca a imposição do patriarcado e o controle moral das igrejas cristãs sobre a sociedade, e a parceria entre homens e mulheres consolidou-se como uma relação de desigualdade e opressão (MADERS, ANGELIN, 2012 citado por CAMPOS, 2014). Mas, essa relação não é exclusividade dessa época histórica, mas firmou-se, desde então, que às mulheres caberiam os cuidados domésticos, contribuindo para que as diferenças de relação de gênero fossem enraizadas na sociedade de forma geral.

Somente em função das dificuldades econômicas, da miséria e da carência de mão de obra masculina, gerada pelas guerras mundiais, é que as mulheres foram chamadas ao mercado de trabalho e uma vida fora do lar. Mesmo assim, ocupavam os piores postos de trabalho e recebiam salários menores e foram sujeitas a situações de opressão. Há que se considerar, no entanto, que esta situação causou uma ruptura significativa no paradigma que diferencia o mundo do trabalho do mundo doméstico e confronta homens e mulheres assumindo os mesmos papéis (MÂCEDO, 2003 citado por CAMPOS, 2014).

Motta (1999) complementa a visão do papel do gênero na construção dos papéis sociais e apresenta a opressão da mulher como socialmente construída, reiterando que conhecer esses papéis implica sempre uma análise de relações de poder. Estes fatores têm reflexos claros na forma de envelhecer e de encarar a velhice, bem como o fator idade/geração, que também se expressa no marco das relações sociais de poder.

O fator geracional também ganha relevância nessa análise, dado que toda geração é delimitada pela sucessão de conjunturas históricas em que vive, ou seja, a perspectiva de gênero e a trajetória de vida de homens e mulheres como construção social e cultural vêm determinando diferentes representações e atitudes em relação à condição de velho (a) (MOTTA, 1999).

Sacchitiello (2017, s/p) compila alguns dados referentes ao papel da mulher neste início de século, pois, apesar dos avanços da pauta serem consideráveis, a autora demonstra que ainda persiste “um grande abismo que separa mulheres e homens de caminharem no mesmo patamar em aspectos

profissionais, financeiros e sociais”.

Rennes (2016) contextualiza a abordagem feminista da idade e do envelhecimento, que continuou marginal ao longo dos anos 1970, quando as reivindicações das mulheres tinham foco no controle da fecundidade, no trabalho, na liberdade de movimento e de viver a sexualidade e, segundo a autora, foi apenas na após o ano 2000 que surgiram na França, como exemplo, análises relacionando sexismo e idadismo (*ageism*).

Pedreño (2000) pondera que a geração de mulheres mais velhas, à época da publicação de seu estudo, desenvolveu um curso de vida muito marcado pela tradição, sujeitadas ao pai e ao marido. Para elas, o ambiente doméstico e para eles, o de ser o sustento econômico e trabalhar fora de casa, o que teve como consequência uma série de restrições sociais cuja pior consequência é a subvalorização social, seja na juventude, na idade madura ou na velhice.

Na modernidade ocidental, ser velha é, sobretudo, ter perdido a importante condição social de reprodutora e as desigualdades persistem na idade avançada por vários motivos: tradições culturais, interesses e estilos de vida diferentes ou diferenças biológicas, além da influência das normas sociais adquiridas nos anos de formação das atitudes adotadas durante o curso da vida.

Sacchitiello (2017) faz alusão ao relatório Global Advisor, focado nos temas do feminismo e igualdade de gênero, cujos resultados mostraram que a situação das brasileiras é preocupante: 41% das entrevistadas no país confessaram ter medo de se expressar e de lutar pelos seus direitos, percentual bem maior do que a média global, que ficou em 26%. As mulheres do Brasil ficaram atrás apenas das indianas (as mais receosas em brigar pelos seus direitos, com 54%) e das turcas (47%).

O autor afirma que, apesar de estarmos na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 19% dos homens acreditam na inferioridade feminina – e algumas mulheres concordam com eles. Segundo a pesquisa citada em seu artigo, 14% das entrevistadas mulheres disseram que se consideram inferiores aos homens. Na média, o percentual geral (homens e mulheres) que concordaram com a questão no Brasil foi 16%. No mundo, essa fatia foi de 18%. Entre os entrevistados pela pesquisa em todo o mundo, 17% disseram que a mulher não deveria trabalhar fora de casa para poder cuidar unicamente da casa e da família. No Brasil, o índice de pessoas que aprovam essa ideia foi um pouco menor: 15%.

Diaz (2000) traz elementos de reflexão importantes, ao constatar que, dedicadas exclusivamente a trabalhar em casa, para as mulheres não há nenhuma aposentadoria e, mesmo que cumprissem dupla jornada, ao se aposentarem, recebem a aposentadoria muito menor que os homens. Estes perdem grande parte de seu papel social, enquanto as mulheres encaram este momento como uma libertação. A viuvez pode também ser encarada da mesma forma, uma vez que a partir daí podem abrir espaço em suas vidas

para a realização de sonhos deixados de lado. Motta (1999, p. 211) confirma esta constatação:

[...] grande número de mulheres, independente da classe social, considera sua etapa atual de vida, como idosas, o momento mais tranquilo, feliz e livre que já tiveram. Justamente na velhice, um tempo de consolidação de experiências, de libertação das obrigações e controles reprodutivos, tendo encontrado um tempo social propício à mudança, inclusive fermentado no caldo de cultura do feminismo, podem experimentar modos de vida novos. Essas mulheres falam, então, em liberdade, como se uma “liberdade de gênero” se sobrepujasse à condição (menos favorável) geracional ou de classe.

Em resumo, a autora conclui que tem encontrado na pesquisa com idosos, principalmente por parte das mulheres, que sua identidade de gênero parece ser, realmente, constitutiva da sua identidade (geracional) de idosas, e as trajetórias sociais de gênero ultrapassam também a diversidade de situação de classe. É nesta etapa da vida que homens e mulheres se colocam diferentemente quanto a possibilidades e sentimentos de bem-estar, liberdade e auto realização na velhice.

A autora identifica, ainda, que essa libertação vem entusiasmando as mulheres idosas, que acabam por relegar em segundo plano a percepção dos diversos preconceitos sociais ainda vigentes em relação aos velhos e às mulheres. Este é, certamente, o ponto nodal da diferença entre práticas e representações das velhas e dos velhos. Os homens ficariam mais dominados pela “ideologia da velhice”, enquanto mulheres se deixam levar pelo entusiasmo desta “liberdade” recém-conquistada, e se tornam mais ativas.

### ***Coletivo e empoderamento***

Considerando-se as desigualdades de gênero ainda vigentes na sociedade atual, distribuída por todas as faixas etárias, sabe-se que nem todas as mulheres mais velhas tem a mesma presença social. Aquelas que tiveram a oportunidade de rever seu papel na vida, que reduziram sua dedicação a tarefas domésticas e aos cuidados de outros, podem fazer a transição para uma vida em que possam ter seus próprios sonhos e buscar realizá-los. Para muitas dessas mulheres é justamente o contato com as outras e os outros, por meio de grupos ou associações, que favorece essa transição.

Salgado (2002, p. 17) chama a atenção para o fato de que as mulheres idosas ainda serem parte de uma maioria invisível cujas preocupações emocionais, econômicas e físicas permanecem ignoradas. A autora afirma que “às desigualdades sociais, políticas e econômicas que são enfrentadas por todas as mulheres se agrega, à mulher idosa, a discriminação pela idade, que caracteriza uma sociedade orientada para a juventude”.

No entanto, ressalta, considerando-se que a velhice é um assunto de mulheres,

que se deve trabalhar no presente para o futuro, e sugere que elas devem utilizar para benefício próprio suas redes de apoio. Segundo a mesma autora, os grupos de apoio e de discussão podem ser alternativas consideradas, quer com o fortalecimento dos existentes ou com a formação de novos.



Martins et al., 2009 (citado por CAMPOS, 2014) reiteram que a qualidade de vida dos idosos pode ser muito boa desde que haja autonomia e independência, boa saúde física, desempenhando papéis sociais, permanecendo ativos e desfrutando de senso de significado pessoal. Os autores citam uma pesquisa com idosos brasileiros sobre o conceito de qualidade de

vida, no qual há a indicação de valorização do bom relacionamento com a família, com amigos e da participação em organizações sociais; da saúde; de hábitos saudáveis; de se possuir bem-estar, alegria e amor; de uma condição financeira estável; do trabalho; da espiritualidade; de se praticar trabalhos voluntários e de se poder aprender mais.

Astorga, Pajares & Aaguaio (2002, p. 33) apontam para a possibilidade de uma segunda revolução feminista e, ao apontar oportunidades para que ela aconteça, recomendam que as mulheres idosas estejam “engajadas socialmente, pois o isolamento e a solidão são os piores inimigos do envelhecimento e causam doenças e dependência”. Este engajamento é fundamental para aumentar a autoestima e o senso de pertencimento e, com esta bagagem, pretende-se que as mulheres tenham uma velhice mais equilibrada e com real qualidade de vida.

### OWCH - Um breve estudo de caso



Um exemplo que ilustra o empoderamento feminino vigente, que certamente vai inspirar iniciativas semelhantes é o grupo OWCH – Older Womens Co-Housing<sup>1</sup> (Moradia Compartilhada de Velhas Senhoras, em tradução livre). Trata-se de um grupo de mulheres com mais de cinquenta anos de idade que criaram sua própria comunidade, em um novo bloco de apartamentos no norte de Londres, como alternativa a viver sozinhas, e decidiram ter vizinhas amigáveis, confiáveis e úteis.

Os membros da OWCH começaram a se mudar para suas novas casas em dezembro de 2016 e a comunidade atualmente é totalmente residente. A ideia é viver em grupo, mas mantendo sua individualidade. As responsabilidades domésticas são compartilhadas, há um programa de refeições comuns e algumas atividades compartilhadas. O complexo tem 17 apartamentos locativos e 8 para aluguel social e atualmente não há vagas. O projeto também busca ser inspiração para que outros sigam esse caminho, e o grupo inicial acredita que a comunidade sênior, se estiver coesa, pode enriquecer os últimos anos de vida de muitas outras pessoas.

O grupo valoriza a diversidade, tendo uma variedade de origens e culturas, e as idades variam dos cinquenta e tantos a cerca de oitenta anos. Todas têm seus interesses particulares, conexões familiares, trabalho ou mesmo dificuldades de saúde ou deficiências. O grupo compartilha a determinação de permanecer o mais autossuficiente e ativo quanto possível.

Os objetivos e valores do grupo são:

- Aceitação e respeito pela diversidade
- Cuidado e suporte um para o outro.
- Fornecer equilíbrio entre privacidade e comunidade.
- Combater estereótipos antigos
- Cooperação e partilha de responsabilidades.
- Manter uma estrutura sem hierarquia
- Cuidar do meio ambiente
- Fazer parte da comunidade em geral

O grupo começou a idealizar a proposta de co-housing (moradia compartilhada) desde 1998 e, ao longo dos anos seguintes, a ideia foi ganhando corpo e novas adeptas. A construção do complexo habitacional se deu entre 2010 e 2016. A OWCH é uma empresa de sociedade limitada e todo residente da comunidade, seja locatário ou inquilino social, é um membro de pleno direito desta empresa e tem voz ativa. O residencial é gerido por uma cooperativa (Housing for Women), parte do comitê de administração, que atua como senhorio para os oito apartamentos de aluguel. Os aspectos legais são resumidos abaixo:

---

<sup>1</sup> Para saber mais do grupo Women's Co Older -Housing basta acessar o link a seguir: [www.owch.org.uk/](http://www.owch.org.uk/) <https://www.youtube.com/watch?v=MfgnD5fsbpQ>

Cada locador da OWCH possui seu próprio apartamento e uma parcela das instalações comuns em um leasing por 250 anos. Cada locador da OWCH tem um contrato de arrendamento seguro com a empresa e compartilha as instalações comuns.

A cooperativa Housing for Women, como a gestora geral, concedeu à OWCH Ltd um contrato de arrendamento de 999 anos de todo o local. Isto vem entre o arrendamento de propriedade e o arrendamento individual, e assim coloca o OWCH no controle diário do sistema. Housing for Women administra os 8 apartamentos de aluguel e atua como proprietário social deles.

Há critérios claros em relação à venda e às futuras compradoras. O grupo apresenta suas políticas claramente para também ser fonte de inspiração para grupos com ideias semelhantes apresentando, em seu site, tanto materiais básicos sobre co-housing, como todas as premissas que balizam sua constituição e atuação. Os documentos disponíveis são:

- Valores do grupo
- Política de adesão
- Política de suporte mútuo
- Igualdade & Diversidade
- Política de Visitação
- Política sobre animais de estimação
- Política de resolução de conflitos

Obviamente a iniciativa não é replicável em muitas das realidades sociais ao redor do mundo, mas apresenta-se aqui como a consolidação de um perfil desejável de envelhecimento feminino com autonomia, independência, coesão, princípios e resultado de esforços coletivos para sua materialização. Se a humanidade está num momento de ampliar possibilidades para que a velhice não tenha majoritariamente a reprodução do tradicional papel de submissão da mulher, inspirações deste porte podem trazer novos ares a essa caminhada.

### **Considerações finais**

A certeza de que a dinâmica social sofrerá mudanças significativas com o aumento da longevidade, com o maior percentual de idosos no mundo, traz a necessidade do conhecimento maior sobre a o envelhecimento. Acima de tudo, é fundamental falar em “velhices”, pois, uma vez que a sociedade não é uniforme nem homogênea, os idosos que ela produz são reflexos de suas diversidades e desigualdades.

A necessidade de oferecer condições para um envelhecimento mais adequado, seja oportunizando o devido atendimento às limitações e patologias trazidas pelo passar dos anos, seja ressignificando esta etapa da vida, já está mapeada por governos, iniciativa privada e sociedade civil. A resposta dada depende do grau de desenvolvimento de cada país ou região, bem como da reivindicação disso pela própria comunidade.

As condições de atendimento às necessidades da velhice também são diversas mundo afora. No entanto, há premissas e diretrizes já disseminadas por organismos internacionais que tratam desse tema, e cada país as materializa da maneira que lhe é possível e viável. No Brasil, avanços significativos são identificados, pelo menos em termos de políticas públicas e da abertura de canais de participação.

Os pilares do Envelhecimento Ativo são Saúde, Participação, Aprendizado ao longo da vida e Segurança e os estudos sobre envelhecimento estão crescendo, apoiando tomadores de decisão e iniciativas empreendedoras para esse público. No entanto, em termos mundiais, há uma questão que ainda merece atenção e mais conhecimento: envelhecimento e gênero. As desigualdades de gênero se aprofundam com as dificuldades que a velhice agrega à vida de cada um. É necessário expandir a compreensão sobre gênero e envelhecimento, desafio que requer colaboração interdisciplinar e intersetorial.

Que a velhice é feminina, não há dúvidas, e as estatísticas demográficas apontam para essa característica social: a feminização da velhice é fato e deve consolidar-se como característica do envelhecimento humano, pelo menos nas próximas décadas. Por esta razão as políticas sociais devem se voltar para assegurar que a velhice seja adequada e justa ao importante papel social que as mulheres cumprem.

Há pleitos de uma renda mínima para a subsistência econômica das mulheres de idade avançada, como um direito e não uma recompensa por ter trabalhado fora de casa e ter contribuído para um sistema de aposentadoria. Estimula-se a criação de um sistema de saúde universal que garanta serviços médicos a todas as mulheres idosas, independente de seus rendimentos. Há ainda os que defendam oportunidades de emprego, em particular a donas de casa que foram marginalizadas do sistema formal de empregos, e também se sugere que sejam fomentados programas educacionais para viúvas.

Essas propostas consideram, ainda, que assuntos como solidão, pobreza, mudanças sociais e saúde dentre outros, são realidades nas vidas de muitas mulheres idosas que vivem em uma sociedade que, ainda hoje, é sexista e gerofóbica. Ou seja, há campo de trabalho para os profissionais que lidam com esse tema e que devem estar alertas às situações dessas mulheres na sociedade atual, para que possam corrigir injustiças e restrições nas vidas desse público alvo.

Essas sugestões partem dos pressupostos de que a velhice replica ou amplifica padrões sociais da juventude, mas há fatos novos: justamente por se verem livres da obrigação do papel social da 'mulher do lar', depois de viúvas e quando não tendo obrigação de cuidar de mais ninguém, fardo de muitas idosas, autores começam a identificar que para elas esta fase da vida é de libertação e de reinvenção, independente de classes sociais.

Para as idosas estudadas, essa libertação do papel de oprimidas é real e traz o alento de que não se permitem ficar aprisionadas ao estigma social, acolhendo

uma nova identidade social, principalmente se apoiadas por grupos e coletivos que lhe tragam segurança para essa reinvenção. E se a velhice atual reflete ou reverbera padrões da juventude, seria possível começar a atentar para os padrões que as futuras velhas poderão reproduzir no futuro próximo.

O movimento feminista certamente começa a incorporar outras facetas no comportamento e autoimagem de mulheres que começam a chegar à velhice. Mesmo que as desigualdades de gênero persistam, há uma perspectiva mínima de maior enfrentamento, e que a formação mais afeita às conquistas do feminismo traga novos elementos à velhice também. As conquistas das mulheres vão, aos poucos, sendo incorporadas às novas formas de envelhecer. Parece haver perspectivas de mais diversidade ainda na velhice. E isso é muito positivo.

O crescimento da atuação na política, as reivindicações por mais cargos de poder, a luta por direitos equilibrados, o combate à violência doméstica, os coletivos feministas, os grupos de empoderamento feminino e mesmo a gradual mudança do papel masculino nas relações sociais ainda tem muito espaço para crescer e aprofundar, contribuindo para uma dinâmica social mais equilibrada.



Em tempos em que a “sororidade” (LAGARDE, 2009, citado por GAMBÁ, 2009) é palavra de ordem, pode-se prever que as próximas velhas senhoras sejam ainda mais livres e tenham uma força coletiva maior. Sororidade, mesmo sendo palavra inexistente na língua portuguesa, tem sentido semelhante à fraternidade, e significa uma aliança feminista entre mulheres. Trata-se de uma experiência subjetiva entre mulheres almejando relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras mulheres. Essas alianças permitem enfrentar as formas de opressão e também proporcionar apoio mútuo, resultando no empoderamento essencial de cada mulher.

Exemplos como o grupo inglês OWCH - Older Womens Co-Housing (Moradia Compartilhada de Velhas Senhoras) são apenas a ponta do iceberg de uma

mudança gradual, mesmo que lenta demais sob alguns aspectos, mas que se mostra consistente e contínua. Agregada a grupos que lutam pelo respeito à diversidade, pela atenção às minorias e pela eliminação do preconceito, ainda há muito a conquistar, mas trata-se de um caminho sem volta. A força feminina na velhice começa a dar mostras de não ser apenas quantitativa, mas também qualitativa.

## Referências

ASTORGA P. L., PAJARES P. R. y AGUAYO, C. M. La segunda revolución de las mujeres? - Fundación Progreso y Salud. Meridiam Año 2002, Número 25, Dialnet: Meridiam, págs. 28-33.2002. Disponível em: [http://www.juntadeandalucia.es/iam/catalogo/doc/meridiam/MERIDIAM\\_25.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/iam/catalogo/doc/meridiam/MERIDIAM_25.pdf) Consultado em 09/06/2017.

CAMPOS, A.C.V. Envelhecimento, Gênero e Qualidade de Vida. Tese (Doutorado em Odontologia – área de concentração em Saúde Coletiva) – Programa de Pós- Graduação em Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

DEBERT, G. G. Gênero Envelhecimento. Estudos Feministas N. 1/94 - ANO 2. 1º SEMESTRE 1994.

DÍAZ, J. P. La feminización de la vejez. - Revista Catalana de Sociologia. - Centre d'Estudis Demogràfics, 2000.

LAGARDE, M. Definindo sororidade. Adaptado de Maiara Moreira de RÍOS, Marcela Lagarde y de los Sororidad. In: GAMBA, Susana Beatriz. Diccionario de estudios de género y feminismos. Buenos Aires: 2009. Disponível em: <https://we.riseup.net/radfem/definindo-sororidade-marcela-lagarde>. Consultado em 12/06/2017.

LIMA, L. C. V. de & BUENO, C. M. L. B. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no brasil. Revista Saúde e Pesquisa, v. 2, n. 2, p. 273-280, mai./ago. 2009.

MOTTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu (13): pp.191-221. 1999.

NACIONES UNIDAS. La Mujer - publicación encaminada a fomentar la aplicación de la declaración de Beijing y la plataforma de acción. División para el Adelanto de la Mujer. Departamento de Asuntos. Económicos y Sociales. 2002.

OWCH – Older Womens Co-Housing (Moradia Compartilhada de Velhas Senhoras em tradução livre) Disponível em: <http://www.owch.org.uk/> Consultado em: 12/06/2017.

PEDREÑO, M. H. Desigualdades según género en la vejez. Edita: Secretaría

Sectorial de la Mujer y de la Juventud. Maquetación y Diseño: Pedro Manzano. Imprenta Regional. Fotocomposición: CompoRapid, S.L. 2000.

RENNES, J. Uma questão política há muito ignorada; envelhecimento feminino. 2016. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/envelhecimento-feminino/> Acessado em 30/05/2017.

SACCHITIELLO, B. Desigualdade e opressão: os números do Dia da Mulher. 2017. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2017/03/08/desigualdade-e-opressao-os-numeros-do-dia-da-mulher.html> . Consultado em 13/06/2017.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. Tradução de Sergio Antonio Carlos; revisão de Breno Serafini. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v.4, p.7-19, 2002.

*Data de recebimento: 12/07/2017; Data de aceite: 23/09/2017*

---

**Lucila Egydio** - Bióloga, especialista em ecoturismo e consultora em sustentabilidade e desenvolvimento. Artigo produzido para o Curso Fragilidades na Velhice: Gerontologia Social e Atendimento, oferecido pela PUC/ SP, primeiro semestre de 2017. E-mail: [lucilaegydio@gmail.com](mailto:lucilaegydio@gmail.com)